

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO FORMAL E
INFORMAL NA FORMAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES
EDUCADORAS**

**THE ROLE OF FORMAL, NON-FORMAL AND INFORMAL
EDUCATION IN THE POLITICAL FORMATION OF WOMEN
EDUCATORS**

**EL PAPEL DE LA EDUCACIÓN FORMAL, NO FORMAL E
INFORMAL EN LA FORMACIÓN POLÍTICA DE MUJERES
EDUCADORAS**

Edwiges Inácia de Lima¹
edi-inacia@hotmail.com

Fernanda Quinei Alves Nagao²
fernelli@yahoo.com.br

Jaqueline Tumitan Selmo³
jac_tumitan@hotmail.com

Sorrana Penha Paz Landim⁴
sorranalandim@gmail.com

Vanda Moreira Machado Lima⁵
vanda.mm.lima@unesp.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo compreender o papel da educação formal, não formal e informal na formação de três mulheres que têm uma participação ativa em movimentos sociais e sindicatos. A metodologia utilizada foi entrevista semiestruturada e pesquisa bibliográfica,

¹ Graduada em Letras. Especialista em Docência e Gestão no Ensino Superior. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente.

² Graduada em Direito. Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente.

³ Graduada em serviço social. Pós-graduada em Gestão do trabalho social com famílias. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente.

⁴ Graduada em Pedagogia. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente.

⁵ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora em Educação na Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente.

a qual possibilitou que tivéssemos uma compreensão sobre a temática para observar os reflexos disso na vida das entrevistadas. Concluímos que a educação formal foi muito importante na vida das entrevistadas e as mesmas consideram tal importância para ascensão do contexto de onde vieram, porém, é possível observar a relevância das experiências na educação não formal e informal, onde vivenciaram uma educação diferente, com aprendizados e valores práticos de como participar politicamente agindo de modo democrático.

Palavras-chave: Formação política. Educação formal. Educação não formal. Educação informal.

ABSTRACT: This article aims to understand the role of formal, non-formal and informal education in the training of three women who have an active participation in social movements and unions. The methodology used was semi-structured interview and bibliographic research, which enabled us to have an understanding about the subject to observe the reflexes of this in the life of the interviewees. We conclude that formal education was very important in the lives of the interviewees and that they consider such importance for the rise of the context from which they came, however, it is possible to observe the relevance of experiences in non-formal and informal education, where they experienced a different education, with learning and practical values of how to participate politically by acting democratically.

Keywords: Political formation. Formal education. Non-formal education. Informal education.

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo comprender el papel de la educación formal, no formal e informal en la formación de tres mujeres que tienen una participación activa en movimientos sociales y sindicatos. La metodología utilizada fue entrevista semiestructurada e investigación bibliográfica, la cual permitió que tuviéramos una comprensión sobre la temática para observar los reflejos de ello en la vida de las entrevistadas. Concluimos que la educación formal fue muy importante en la vida de las entrevistadas y las mismas consideran tal importancia para el ascenso del contexto de donde vinieron, sin embargo, es posible observar la relevancia de las experiencias en la educación no formal e informal, donde vivenciaron una educación diferente, con aprendizajes y valores prácticos de cómo participar políticamente actuando de modo democrático.

Palabras-Clave: Formación política. Educación formal. Educación no formal. Educación informal

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo entender o papel da educação formal, informal e não formal, na formação política do cidadão, refletindo sobre o conceito de participação pela via democrática, analisando os desafios e as possibilidades de ações efetivas no que tange a participação. Para tanto, a metodologia utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com três profissionais politicamente engajadas em lutas sociais na região de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, envolvidas na militância política (Entrevistada 1), em Sindicato (Entrevistada 2) e no Movimento Sem Terra (Entrevistada 3)

que prontamente aceitaram nosso convite e contribuíram sobremaneira para a investigação do tema.

Ao final, concluímos que a educação formal contribuiu, mas não foi o único fator, para a formação política e a participação democrática das três mulheres acima mencionadas, percebemos a importância da educação informal e da educação não formal na vida de cada uma dessas profissionais entrevistadas.

Organizamos o artigo em quatro tópicos, inicialmente com apresentação dos conceitos de educação formal, informal e não formal; no segundo explicação sobre o conceito de participação e gestão democrática; no terceiro, a análise das entrevistas com as três profissionais da educação; por fim as considerações finais, trazendo a conclusão do artigo.

EDUCAÇÃO FORMAL, INFORMAL E NÃO FORMAL

A necessidade de um estudo formal centralizado em escolas, surge com o advento do capitalismo, com a grande alteração na forma de produção, saindo do campo, de processos artesanais, para a cidade em decorrência da industrialização. Esse novo processo de produção passou a exigir conhecimentos específicos e científicos, que não podiam ser adquiridos de forma natural, como ocorria no campo, tais conhecimentos deveriam ser ensinados de forma sistematizada.

A origem da escola, portanto, está ligada a necessidade de desenvolver e consolidar a ordem social capitalista. Era preciso formar o cidadão apto a viver na cidade, cumprindo seus direitos e deveres e atuando de forma eficiente no processo produtivo industrial. (SILVEIRA, 1995, p.24).

O ser humano aprende, apreende e se desenvolve em suas relações. Para Brandão (1985) existem diversos terrenos férteis para o crescimento de novos saberes, desde nossas primeiras relações sociais até as mais complexas, seja dentro de uma comunidade, na família, na igreja, no trabalho, e nos diferentes campos sócio-ocupacionais. Essas formas de ensino permeiam a trajetória dos indivíduos em diferentes níveis e intensidade.

Para pensar nos modos de ensino e como eles se dão na sociedade, é preciso compreender que a educação é um conceito amplo e que pode ser analisada sob três enfoques: a educação formal, a educação informal e a educação não formal. O ensino formal,

ainda conforme Brandão (1985, p. 26), “[...] é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia [...], cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparece a escola, o aluno e o professor [...]”.

A educação formal como se conhece é organizada, acontece em local específico, sistematizado, com análise de conteúdo, em outras palavras, é regulada por leis, normas da instituição de ensino. Sendo formal, espera resultados, analisa os dados obtidos a partir dos planejamentos anteriormente realizados.

A educação formal é assegurada a população desde a Constituição Federal de 1988.

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Já a educação não formal pode acontecer em diferentes proporções, pois ela envolve o engajamento político, as experiências que se adquire ao longo da vida, o trabalho e a identificação de potencialidades, compreensão sócio-política da sociedade e suas organizações, construção da identidade coletiva, uma vez que “na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos” (GOHN, 2006, p. 31).

Há uma tendência de se confundir a educação não formal com a educação informal. Segundo Gohn (2006) deve-se compreender a educação informal como aquela que se adquire nas relações sociais, no processo de socialização, por exemplo, dentro da família, com amigos, clubes, igreja, comunidade e até os meios de comunicação em massa. Neste caso, aparecem como a figura do educador os pais, os vizinhos, um líder religioso, orientador espiritual, etc. Lembra-nos Brandão (1985, p.47) de que “[...] a educação do homem existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre seus participantes”.

Seja no ensino formal, não formal e informal os princípios de justiça social estão presentes e manifesta-se de diversas maneiras, na medida em que o indivíduo (ser social) toma consciência de seu pertencimento, o exercício da cidadania se fortalece.

O processo de aprendizagem vai além daquilo que se imagina, está desde o manuseio de um objeto e sua transformação para determinados fins e interesses (capacidade

teleológica) até o domínio de um conceito, a descoberta de novos paradigmas, o conhecimento científico.

Tudo que existe transformado da natureza pelo trabalho do homem e significado pela sua consciência é uma parte de sua cultura: o pote de barro, as palavras da tribo, a tecnologia da agricultura, da caça ou da pesca, o estilo dos gestos do corpo nos atos de amor, o sistema de crenças religiosas, as histórias da história que explica quem aquela gente é e de onde veio, as técnicas e suas situações de transmissão do saber. (BRANDÃO, 1985, p. 25)

Neste sentido, a educação formal, não formal e informal buscam, a sua maneira, possibilitar relações sociais baseadas na igualdade e justiça social. Entretanto, a educação formal o faz intencionalmente buscando especialmente a aprendizagem efetiva e a certificação que vai acontecer gradativa e progressivamente.

A educação não formal, por sua vez, projeta seus objetivos num processo interativo, no qual “A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc.” (GOHN, 2006, p. 30).

No caso do ensino não escolar, como afirma Brandão (1985), o ensino informal, não existe um fim projetado anteriormente, pois ele acontece a partir das relações interpessoais, é permanente, está no campo dos sentimentos, é resultado de uma rede de troca de saberes universal, gerando a partir dessas questões supracitadas: hábitos, ideias, comportamentos, formas de comunicação e linguagem, de acordo com a cultura da qual o indivíduo faz parte.

PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

O que é participação? O Brasil ao adotar a democracia como forma de Aquisição do Poder, estabelece no artigo 1º, parágrafo único da Constituição Federal de 1988, que todo o poder emana do povo, que será exercido por meio de seus representantes, este é um conceito fundamental de participação previsto na lei. Conforme Gohn (2006) há vários tipos de participação, pensando na concepção política, ela está ligada a processos de democratização (podendo esse processo está em curso ou em lutas para a obtenção), porém, deve abranger o outro conceito prático de participação, que está relacionado ao processo social, o qual é concreto nos movimentos sociais, organizações para realizar algo, sendo um meio fundamental de conquistas.

Pensar em participação é pensá-la em diferentes contextos e intensidade, já que no processo de socialização e desenvolvimento os indivíduos buscam na participação uma forma de pertencimento. Trataremos aqui dois diferentes momentos que a participação pode acontecer, para além – somente - do contexto da escola, uma vez que a educação possui um papel mais abrangente dentro da sociedade, já que seu produto supera a instituição de ensino e alcança patamares maiores e influência categoricamente nas relações políticas e sociais.

Discutindo o conceito de participação nos indagamos: Quais espaços a participação pode ser desenvolvida? Quais relações entre participação e educação?

A educação conforme a LDB/96, perpassa por diferentes âmbitos: Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

Para que a participação se torne efetiva, faz-se necessário uma gestão democrática, em todos os âmbitos, públicos ou privados, em que as pessoas tenham “voz” e possam de fato serem ouvidas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 (LDB/96) em seu artigo 2º estabelece que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, ou seja, a escola deverá conceder as ferramentas necessárias, tais como a gestão democrática e a participação nas decisões daquele universo escolar, para que o alunado desenvolva o pensamento crítico-reflexivo e uma cidadania plena.

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares, é a forma não violenta que faz com que a comunidade educacional se capacite para levar a termo um projeto pedagógico de qualidade e possa também gerar “cidadãos ativos” que participem da sociedade como profissionais comprometidos e não se ausentem de ações organizadas que questionam a invisibilidade do poder. (CURY, 2014, p.17)

Dessa forma, a ideia de participação na gestão democrática, envolve todos os indivíduos para terem contato, voz e atitude nas decisões escolares – diretor, professor, funcionários, comunidade, família e alunos – através da participação destes na instituição escolar é possível auxiliar e facilitar o bom desenvolvimento do aluno e aprendizado de forma integral. Sem visar apenas o intelectual ou o físico, mas entender a importância da formação social e política para a vida do indivíduo na sociedade.

Ao pesquisar na LDB/96 a palavra “participação” aparece quatro vezes, sendo que duas vezes se refere ao ensino superior e duas sobre os princípios da gestão democrática, destacado no parágrafo I e II do art. 14. No primeiro parágrafo refere-se a participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico da instituição escolar. E no segundo parágrafo sendo sobre a participação da comunidade escolar.

Existem maneiras de estabelecer envolvimento de todos nas decisões, dando uma oportunidade de voz a todos os integrantes da instituição escolar, sendo através de reuniões de pais, conselhos de escola, Associação de Pais e Mestres (APM), e o grêmio estudantil que proporcionam a participação dos alunos. Dessa forma,

Fazer da escola um espaço de exercício da participação é contribuir com a formação integral de sujeitos implicados no processo da própria construção do conhecimento e da realidade, que não se deixam levar pelos poderes que os querem passivos e submissos às explorações. (CARVALHO; MEIRELES; GUZZO, 2018, p. 388)

Formação integral é olhar o indivíduo como um todo, entendendo que o aluno não é apenas físico ou intelectual, mas também social, político, psicológico. O envolvimento dos alunos nas decisões escolares corrobora para considerar os mesmos como sujeitos participativos no processo de construção da escola.

Podemos ver a gestão democrática como processo de luta política, uma construção coletiva, que envolve todos do âmbito escolar, não é só papel do diretor, vice-diretor, mas também do professor na sala de aula, a participação do aluno, e da comunidade, pois a instituição educacional tem papel de construir uma participação coletiva.

ENTREVISTA COM TRÊS MULHERES DE LUTA E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Constatamos que na sociedade de modo geral alguns sujeitos se envolvem e participam ativamente das lutas sociais, se comprometem com a justiça social, buscam de algum modo contribuir com a participação e gestão democrática na sociedade. Mas de que forma e em que medida a educação formal, informal e não formal contribui para isso? As entrevistas aconteceram com três mulheres politizadas que, a nosso ver têm destaque na região, pois demonstram compromisso, seriedade, participação e a luta pela democracia.

Vamos nos referir as três mulheres entrevistadas da seguinte maneira: Entrevistada 1, 2 e 3, resguardando preceitos éticos e sigilos necessários.

- Na militância política (Entrevistada 1)

Nossa entrevista 1 é agrônoma e filha de pais militantes. O pai trabalhava em Recursos Humanos e a mãe na escola, como professora, e posteriormente, como coordenadora, diretora e supervisora.

Para ela sua formação política vem da trajetória familiar de seus pais. Eles são militantes de esquerda há algum tempo, contribuíram na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e eram ativos no partido.

A entrevistada 1 recorda que foram seus pais que organizaram o núcleo do partido do bairro onde moravam, que ela e os irmãos tinham vivência nos espaços políticos pela organização do partido e pela atuação da mãe dentro da escola.

Ao pensar em participação política as lembranças são marcantes. Ela conta que desde pequena ela e a irmã já organizavam o grêmio estudantil da escola, acompanhavam a mãe em greve de professores e foi cara-pintada do *impeachment* do presidente Fernando Collor aos sete anos.

Ao chegar à faculdade, considerando sua execução no grêmio como movimento estudantil na escola, buscou um espaço de participação no ensino superior, pois sempre estudou em escola pública com politização.

Porém, sentiu dificuldades devido às características do curso de Agronomia, que era elitizador onde ela era a única negra. E para sua surpresa, ao comentar com o orientador do estágio que iria entrar para o Diretório Acadêmico, foi indagada da seguinte maneira: “acho bom você definir uma coisa na sua vida: ou você é técnica ou você é política, as duas coisas não dá”, e ela optou por ser política.

Posição que se confirmou ao realizar um estágio no MST, de onde nunca mais saiu. Entrou no movimento como agrônoma e foi criando novos entendimentos em relação à agricultura e à organização do assentamento.

Um dos pontos mais interessantes é que dentro do assentamento há uma organização de núcleos que abrangem de quinze a vinte famílias, e posteriormente de setores para

desenvolver a saúde, a educação e a produção. E cada núcleo possui um homem e uma mulher como coordenadores que são indicados de acordo com a participação política.

Em relação à formação educacional, a entrevistada 1 cursou o mestrado, com indicação na qualificação para o Doutorado e depois prestou a seleção e ingressou no pós-doutorado e explica que não houve um despertar para o posicionamento politizado, foi a formação que recebeu desde criança dos pais e os caminhos que traçou na sua vida. Por isso vê a gestão democrática como uma possibilidade de mudança, pois se as pessoas participam elas podem mudar o rumo de um processo a partir da sua participação, só assim poderíamos romper com a alienação que a sociedade vive.

Pensando na educação informal e não formal, questionamos à entrevistada a que ela atribui seu posicionamento politizado? Ao que ela responde:

Foi muito a formação de casa. Eu nunca fui despertada. Foi mais a família, [...] então a escola era uma extensão da família. Acho que não teve um despertar, eu fui forjada e sempre estive nos espaços de participação política, foi minha formação mesmo, a educação que tive dos meus pais e os caminhos que fui fazendo na trajetória de vida mesmo. (Entrevistada 1)

O condicionante para participação na gestão democrática se refere, segundo a mesma, ao entendimento do que é ser cidadão no mundo: um sujeito social, um agente possível de transformação, o reconhecimento de que há condições de mudar o rumo da história a partir da participação.

Entretanto, existem adversidades nessa trajetória, situações que dificultam o processo democrático de participação efetiva e impedem uma maior mobilização das pessoas na luta pelos seus direitos e até de questionamentos desse sistema desigual: é o fato de vivermos em uma sociedade que contém muitos vícios, e dá exemplos desses “vícios”:

A questão de gênero é um fator que é muito significativo para a participação. Mas, o problema da gente discutir gênero é que essa é uma questão cultural construído milenarmente, para romper com isso é um processo que vai levar muito tempo [...] esses preconceitos da sociedade eu acho que são muito limitantes, para as pessoas se identificarem no processo. (Entrevistada 1)

A Entrevistada 1 explica que existe essa preocupação no MST e por isso eles têm conseguido tensionar e avançar nesse sentido, por essa razão é que existe um homem e uma mulher em posição de liderança. Existe também um coletivo LGBT⁶ Sem Terra que está

⁶ LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

discutindo a questão dos direitos dentro do movimento, e um coletivo que discute questões de raça.

E acrescenta com a crítica ao modo como as escolas são organizadas, de tal maneira que dificultam a participação de todos de forma equitativa, porque ela carrega todo esse preconceito e traz o reflexo de uma sociedade pautada por uma ordem injusta e desigual, em suas palavras:

Por isso que digo que não foi a escola somente que me fez uma pessoa participativa, porque a escola em geral muito mais limita a participação e não promove [...] acho que é uma estrutura de poder. Toda vez que essa estrutura se manifesta ela oprime de alguma forma. Mas a própria estrutura da sala de aula com as cadeiras enfileiradas, alguém que vai te dizer a verdade sobre o mundo, o aluno, o ser sem luz, isso é opressor. (Entrevistada 1)

A preocupação das políticas educacionais nem sempre leva em conta a realidade das famílias, da comunidade, por isso quando se fala em currículo, é um “capital educacional ditando como devem ser formados os futuros trabalhadores do Brasil” (Entrevistada 1). O resultado, dessa forma, são indivíduos com pensamento técnico, sem pensamento crítico.

O MST é um espaço de lutas coletivas, e por agregar diferentes pessoas, também sofre com as mazelas do conjunto da sociedade (consumo exacerbado, uso de drogas), também enfrenta situações de preconceito (dentro e fora do movimento), discriminações relacionadas ao gênero e orientação sexual, racismo, etc. mas o que muda é a maneira com que a comunidade reage a isso, já que se importam mais com a vida coletiva. Lutar contra isso é um processo e o movimento usa suas “ferramentas”, como por exemplo, a educação (seja ela formal nas escolas ou não-formal – na luta pelos direitos no movimento).

Ao pensar na educação formal, a Entrevistada 1 vê as escolas e universidades como estruturas injustas de poder que limitam e não possibilitam a participação.

Acho que os impedimentos para essa gestão são impedimentos culturais, e essa cultura deve ser implementada por um longo processo de formação [...]por isso que digo que não foi a escola somente que me fez uma pessoa participativa, porque a escola em geral muito mais limita a participação e não promove. (Entrevistada 1)

Durante a entrevista, perguntamos a entrevistada 1 o que elaalaria aos gestores de escola e sua resposta foi um singelo “Mudem!”. Mas ela tem clareza que a mudança da gestão não é exclusivamente um problema da escola, mas sim uma forma equivocada de pensar a política de educação.

A Entrevistada 1 explica que é importante ter consciência de que os professores irão passar, mas a comunidade e a escola permaneceram naquele local, então buscaram participar da construção do projeto pedagógico da escola e do currículo de acordo com o que seja necessário para trazer um sentido mais perene.

- No Sindicato dos Funcionários Públicos (Entrevistada 2)

A entrevistada 2 é pedagoga de formação, pós-graduada em gestão escolar e políticas públicas, concursada há vinte e cinco anos. Nascida na zona rural mudou-se para a área urbana aos dois anos de idade. Cresceu com seus avós, mãe e irmãos.

Ela conta que veio de uma família que não atendia os padrões da sociedade na época, porque sua mãe foi a primeira mãe solteira da família e houve uma rejeição a situação, mas seus avós mantiveram sua mãe em casa e assim ela cresceu, num contexto muito pobre, com uma carga de preconceito, pós-golpe e ditadura militar.

Dessa forma, pensando em toda a situação, a Entrevistada 2 afirma ser uma mulher engajada e participativa na política, “Eu não sei o contexto familiar em si, talvez essa necessidade de sobrevivência, de tudo isso”.

A entrevistada destaca que sempre teve a dimensão de luta de classe, organização do trabalhador, participação política, e esse desejo surgiu na instituição religiosa, pois nesse ambiente ela era envolvida na Pastoral da Juventude da Igreja Católica e em Pastorais sociais.

[...] eu iniciei essa participação no grupo de crianças, adolescentes e depois de juventude, aí sim na Pastoral da Juventude sim tinha esse viés de luta, de resistência, aí na Pastoral da Juventude foi minha grande escola eu digo, então nesses movimentos da Igreja foi ali que nós ajudamos a organizar a associação de moradores, foi ali que nós organizamos as CEB's – Comunidades Eclesiais de Base [...] (Entrevistada 2)

De acordo com mesma, a raiz de sua politização se deve a resistência da sua formação familiar e principalmente a participação na pastoral de juventude da igreja.

Ao relatar sobre o sindicato, o retrata como um espaço de educação não formal.

Nós aqui no sindicato [...] somos um grupo que preza pelas questões de organização do trabalhador, pela democracia, pelas questões políticas, além das questões meramente jurídicas [...] a gente pode até imaginar o que é melhor para o trabalhador, mas tem que ouvir o trabalhador, a gente precisa que ele se envolva, talvez esse envolvimento tenha se perdido. (Entrevistada 2)

A entrevistada declara que procura ouvir e entender o trabalhador, incentivando a participação do mesmo. O Sindicato tem uma intencionalidade, ao abranger este espaço de diálogo, democracia e que incentiva a participação, tornando-se assim um ambiente de educação não formal.

Sobre os impactos da educação formal na vida da Entrevistada 2, narra que tem nítida a lembrança de ter conhecido os livros na escola, a partir da primeira série escolar. E considera que a partir daí iniciou sua militância por meio dos movimentos estudantis nos Centros Cívicos, que estavam ligados à disciplina de Organização Social e Política do Brasil. Da disciplina conta que,

[...] era essa professora que nos organizava nos grêmios e não tinha essa conotação de reivindicação de frente às políticas. As organizações dos estudantes, eu acredito que na época era obrigatório, era assim, tinham as eleições, as organizações eram em chapa, mas o que a gente fazia era ajudar na escola. [...] Só que nos organizamos reivindicando esporte, a utilização da biblioteca, que foi uma coisa nossa, talvez porque tivemos a sorte da professora que estava na disciplina de OSPB ter essa visão na época e nos ajudar, ali eu iniciei, eu comecei, ali eu devia ter 09 ou 10 anos, estava na 3ª e 4ª série eu fui uma criança quieta, calada, depois que eu fui me envolvendo, participando [...]. (Entrevistada 2)

Aos quinze anos ela precisou trabalhar, já havia estudado até a oitava série, mas queria fazer o colegial, como não tinha no bairro, teria que pagar o transporte de ônibus, comprar material e roupas. E foi assim que cursou o magistério. Ela ainda revelou ser apaixonada pela profissão de professora. Assim que terminou o magistério já começou a trabalhar na rede estadual. Em seguida, efetivou-se na prefeitura e ingressou no curso de pedagogia. Juntamente com a formação acadêmica estava a sua atuação política.

O magistério eu fiz já militando, na pastoral da juventude, conselhos em movimento estudantil. Depois quando eu terminei o magistério e fui para a rede estadual eu já me filiei a APEOESP e comecei a atuar como representante, conselheira. Depois eu entrei na rede municipal e continuei no movimento sindical. Quando fui para a Pedagogia eu já tinha essa base que era o magistério e eu já estava dando aula na rede estadual [...]Na faculdade fui Presidente do Diretório Acadêmico 3 de Maio, tive no conselho de curso, congregação, no conselho de departamento, como representante discente. Fiz iniciação científica, mas não pude dar continuidade no mestrado, porque não tinha aqui, as pessoas que queriam fazer tinham que ir para Marília e por conta do trabalho eu não conseguia ir. (Entrevistada 2)

De acordo com seu ponto de vista, hoje sofremos as consequências de uma apatia, uma acomodação, tudo está posto e pronto, não há necessidade de enfrentamento, de

resistência, de radicalizar. As pessoas já nasceram na democracia, não a mais completa ou ideal, mas as dificuldades são menores.

Ao pensarmos nos estudos, antes a escola era excludente, hoje todos podem e devem estar matriculados no ensino básico; anteriormente pouquíssimos faziam faculdade, hoje temos ampliação de diversos cursos e ofertas em distintas faculdades, inclusive com bolsas e financiamentos; há um incentivo à leitura com empréstimos de livros didáticos, todas as escolas possuem biblioteca e o transporte é cedido gratuitamente, itens que não aconteciam no passado.

Apesar de valorizar a educação formal como uma oportunidade de ascensão, o ponto alto de sua politização foi a participação na igreja, mas especificamente na Pastoral da Juventude. Terminamos a entrevista 2 com a reflexão de que a democracia trouxe inúmeros benefícios, no entanto, ainda requer posturas melhores.

- No Movimento Sem Terra - MST (Entrevistada 3)

A Entrevistada 3 é pedagoga e assentada. Nasceu no Rio Grande do Sul, mas já está no estado de São Paulo há vinte anos. Segundo a Entrevistada 3 sua origem politizada vem desde a infância, por causa de seus pais que sempre foram vinculados às lutas populares. Ela conta que na década de oitenta os seus pais participaram do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul, e após a mudança ela acompanhou as lutas do MST na região do Pontal do Paranapanema.

Ela conta que já atuou em igrejas, sedes, movimento sindical, vinculou-se ao partido dos trabalhadores, participou com seus pais de ocupações de terra na infância e adolescência, lutando pela reforma agrária, portanto expõe que não houve um período exato em que passou a atuar no espaço político de participação. Esta participação é articulada a sua vida.

A Entrevistada 3 tomou para si a trajetória de luta política de seus pais pela aquisição da terra, eles foram para a ocupação e conquistaram seu pedaço de chão. Por isso, ela explica que muitos compreendem melhor a importância da participação ao estarem em espaços de lutas populares, construindo politização, num processo participativo e democrático que conscientiza a base da população.

Para alcançar uma qualidade nas lutas é preciso que acampados e assentados estejam preparados no aspecto de formação da população específica do campo, para potencializar a luta do movimento.

Até os dias de hoje a Entrevistada 3 faz parte da direção estadual do MST, atuando nas ações políticas do movimento na região do Pontal do Paranapanema e também com o olhar especial para as ações ligadas a temática da educação, sobretudo a realidade da educação no campo, em um contexto de resistência que faz parte da realidade dos movimentos sociais.

A minha vinculação e minha influência na participação política se dá desde a infância, com a participação dos pais, foi uma ação acompanhada e direcionada por conta também da luta dos meus pais que sempre atuaram nesse campo das lutas populares.[...] ao participar dos espaços de lutas populares a gente tem compreensão de que elas são necessárias, importantes, no sentido da gente construir espaços de politização [...] (Entrevistada 3)

Segundo ela, na forma como o movimento se organiza são desenvolvidos processos amplos de formação política internamente, com a militância, com a base, seja ela acampada, assentada, existe uma realidade, ainda que com enfrentamento e resistência, e por isso nós precisamos também estar preparados por isso a conscientização da população específica do campo é essencial para potencializar a luta, e a qualidade da luta.

Questionamos a entrevistada sobre a influência da vivência no campo e sua herança familiar e que sem isso existiria esse processo de politização? Entrevistada 3 é categórica ao afirmar “Certamente não”, e acrescenta:

O que proporcionou a minha continuidade nos espaços políticos da luta, da organização popular foi justamente essa influência e essa identidade presente desde a infância.

O fato de fazer o ensino médio numa escola tradicional eu avalio que ela não influenciou. [...] Eu atribuo justamente à força das organizações, dos movimentos sociais, no sentido de construir espaços de participação política, do debate, de construção, muito mais como espaço formativo, do que propriamente a escola do ensino médio [...] Acho que você fazer parte de movimento social, sindical ou do partido, eles também se colocam como uma escola de formação, uma formação a qual a gente não sai dela tão facilmente. (Entrevistada 3)

Na preocupação com o processo formativo, além de buscar a terra, ela se dedica ao setor da educação, evidenciando um processo de negação que historicamente os trabalhadores do campo tiveram, e tem até hoje, na luta pela qualidade da educação pública.

Em relação à educação formal, ela teve oportunidade de conhecer o ensino do campo e da cidade. Estudou uma parte da infância em assentamento e depois até o ensino médio na cidade. Após o período escolar, vinculou-se novamente ao MST e veio à chance de cursar o

magistério e, posteriormente, a Pedagogia da Terra, um curso distinto que forma o pedagogo do campo para atuar na sua realidade local.

Como trabalhadora do campo, a Entrevistada 3 relata que as escolas são bem distintas. A escola da cidade com uma perspectiva empresarial e de cumprir o currículo, e a escola do campo buscando respeitar a vivência local, com nova proposta pedagógica onde a rotina do trabalhador possa estar dentro da escola. Ela diz também que na prática a escola do campo possui mais autonomia.

Atualmente trabalhando na direção estadual do MST, na região do Pontal do Paranapanema, na temática da educação o movimento tem articulado parceiros e universidades.

CONCLUSÃO

Algumas pessoas entendem que, pensar em conquistas pressupõe um processo de luta constante e resistência. A luta por um pedaço de chão, por exemplo, fez parte da vida de uma mulher que tem sua história de vida marcada pela sua coragem e forte influência da família, num espaço permeado pela militância política. Por essa razão, entrevistamos três mulheres que tiveram uma relevante formação inicial nos espaços onde a educação não formal e informal prevaleceu que pode ter sido influenciador para que as tornassem ativistas e politizadas. O intuito inicial era investigar a origem da garra pela militância, pela participação ativa que as três entrevistadas apresentam. Será que a educação formal, a escola teria influenciado a formação política delas?

Desde o início da vida, logo no processo de socialização, o indivíduo entende o mundo a partir de suas relações e experiências que adquire ao longo da sua existência. Nesse processo, todas as relações são feitas por afetos, e isso é parte do processo pessoal de crescimento, ela ocorrerá de maneira mais ou menos intensa de acordo com a realidade sociocultural de cada grupo. O processo do ensino-aprendizagem também envolve a relação afetiva – não apenas pedagógica, e ela perpassa a família e vai até a comunidade e as metodologias variam, assim como os educadores e suas formas de “ensinar”. “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor

profissional é o seu único praticante” (BRANDÃO, 1985, p. 9). Assim, o saber construído, a socialização dos conhecimentos adquiridos pode acontecer onde não há a escola propriamente dita e, muitas vezes, de maneira mais eficaz, pois dão significações afetivas e ao mesmo tempo conscientes.

A educação acontece em diferentes espaços, segundo Brandão (1985, p. 14) “ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder.” Como foi discutido no decorrer deste texto e através dos relatos das entrevistadas, podemos perceber que as vivências no âmbito não formal e informal influenciaram na formação política dessas três mulheres. Notamos que todas carregam essa politização há muitos anos - vivenciando em espaços formais e não formais – e vão disseminando esse posicionamento em todo local de convivência.

Destacamos aqui o impacto do desejo de participação, nas três mulheres este fator foi relevante para que as mesmas tivessem voz ativa. Na entrevista elas relatam que a desigualdade social é o maior fator de dificuldade em relação a participação, e no país que vivemos isso é reforçado. Se você não é e/ou está no “padrão aceitável”, tem dificuldade de ser escutada, principalmente sendo mulher, pobre, negra, mãe solteira, ou que esteja dentro de outros estereótipos que são os mais excluídos da sociedade.

As entrevistadas indicaram que, mesmo valorizando a ascensão e conhecimento da educação formal, foi na educação informal e na educação não formal – escola e igreja - que aprenderam e também viveram uma educação diferente e politizada, que trouxe aprendizados e valores, como a compreensão dos conceitos de participação e gestão democrática, e principalmente, como participar politicamente e agir de modo democrático.

Concluimos que, a escola por meio da educação formal, deveria ser um espaço mais crítico e reflexivo, possibilitando a formação política do cidadão, com o objetivo de lutar por uma sociedade mais justa e solidária, sem tantas desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 nov. 2018.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 nov. 2018.

CARVALHO, João Paulo Mendes; MEIRELES, Jacqueline; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Políticas de participação de estudantes: Psicologia na democratização da escola. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 2, p. 378-390, abr./jun., 2018.

CURY, Carlos R. J. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, Maria A. M. (Org.) **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 15-21.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas..** Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar., 2006.

LIMA, Paulo Gomes; ARANDA, Maria Alice M.; LIMA, Antonio B. **Políticas educacionais, participação e gestão democrática da escola na contemporaneidade brasileira**. Ensaio, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 51-64, jan./abr., 2012.

SILVEIRA, Rene José Trentin. **O Professor e a Transformação da Realidade**. Nuances, v. I, n. 1, p. 21-30, set., 1995.

Submetido em: fevereiro de 2019.

Aceito em: abril de 2019.